

CNBB divulga cartilha sobre nova Constituição

Da Reportagem Local

A nova Constituição brasileira "será tanto mais democrática quanto mais for expressão das aspirações de todos os segmentos da população" e "seu conteúdo deve estar centrado na defesa dos direitos humanos e na definição de uma ordem econômica e social justa, que abra caminhos estáveis para a vida política". É o que afirma a cartilha "Igreja e Constituinte — Subsídios para Reflexão e Ação Pastoral", que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) está distribuindo para todas as dioceses e movimentos pastorais a ela ligados.

Com 56 páginas, a cartilha é prefaciada pelo bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padin, coordenador da comissão especial de assessoria à

presidência da CNBB sobre questões constitucionais. Tem dois capítulos ("Constituinte, grande momento de participação nacional" e "Constituinte e Constituição") e apresenta uma bibliografia básica sobre o tema, com livros dos juristas Dalmo Dallari e Raymundo Faoro, do historiador Caio Prado Jr. e do bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, entre outros autores.

"A Igreja se interroga neste momento nacional — escreve d. Cândido, na introdução — em que se procura consolidar uma nova ordem democrática, para cujo advento ela não deixou de contribuir com sua ação pastoral. Este momento é de profunda transição e se tenta um pacto social que recolha as aspirações de todos os segmentos da população. A grande aspiração nacional é a plenitude da democracia".

comum". Depois de mostrar, em tom didático, o que é lei, Constituição, a história das Constituintes brasileiras, quem formula as Constituições e "por que Constituinte agora", a cartilha procura explicar "por que a Igreja mobiliza o povo".

A motivação neste sentido é buscada em textos do Concílio Vaticano 2º, de Paulo 6º e de João Paulo 2º, afirmando que "a fé e a vida humana, por causa do mistério da encarnação, estão definitivamente entrelaçadas", e que "os cristãos têm o direito e o dever de participar na construção de uma ordem social justa e humana". A cartilha diz ainda que "a hora é de mobilização para criar consciência do dever de participar, criar opinião pública e discutir o próprio conteúdo básico da lei maior de todos os brasileiros".